Revista Catarinense da CIÊNCIA CONTÁBIL
ISSN 2237-7662, v. 25, 1-20, e3671, 2026
https://doi.org/10.16930/2237-7662202636711
Disponível em http://revista.crcsc.org.br

DETERMINANTES DA DIVULGAÇÃO DE VALOR PÚBLICO PELAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS

DETERMINANTS OF PUBLIC VALUE DISCLOSURE BY STATE UNIVERSITIES

FELIPE DE SOUZA DE LIMA[1]
Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Curitiba, PR, Brasil
https://orcid.org/0009-0000-2945-5410
felipe.souza1@ufpr.br

ANELISE KRAUSPENHAR PINTO FIGARI
Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Curitiba, PR, Brasil
https://orcid.org/0000-0002-9209-5873
figari@ufpr.br

LUISA HELENA COSTA DE SOUZA
Universidade Federal do Paraná, Curso de Ciências Contábeis, Curitiba, PR, Brasil
https://orcid.org/0009-0001-3007-9819
luisa.costascs@gmail.com

HENRIQUE PORTULHAK
Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Curitiba, PR, Brasil
https://orcid.org/0000-0002-9097-2481
henrique.portulhak@ufpr.br

RESUMO

As universidades estaduais brasileiras têm se dedicado a demonstrar o valor público criado por elas por meio da divulgação e prestação de contas de suas atividades acadêmicas, científicas e administrativas. Neste contexto, investigaram-se os determinantes da divulgação de valor público pelas universidades estaduais (UEs) brasileiras, analisando as condições institucionais e contextuais associadas às práticas de comunicação de valor e às suas contribuições para a sociedade. Aplicou-se uma regressão linear múltipla em uma amostra composta por 26 universidades estaduais no ano de 2022, tendo como variável dependente o Índice de Divulgação de Valor Público (IDVP). Os resultados revelam uma influência positiva do IDHM-Educação sobre o IDVP, sendo, portanto, um determinante da divulgação de valor público o nível educacional do município onde está sediada a universidade. Já as variáveis regionais geoeconômicas apresentaram relação inversa à esperada, sugerindo que instituições em regiões menos favorecidas tendem a divulgar mais valor público. Dentre as conclusões, a pesquisa contribui para a literatura acadêmica sobre o valor público e seus determinantes, além de oferecer subsídios a gestores, reitores(as), formuladores de políticas, comunidade acadêmica e sociedade civil para a maximização e avaliação do valor público gerado por instituições de ensino superior.

Palavras-chave: universidades estaduais, determinantes, divulgação, valor público.

Editado em português e inglês. Versão original em português.

[1] **Endereço para correspondência:** Rua Avenida Prefeito Lothário Meissner, 632, 1º andar | Jardim Botânico | 80210-170 | Curitiba/PR | Brasil.

Recebido em 04/11/2025. **Última versão recebida em** 16/03/2026. **Aceito em** 26/08/2026 por Rogério João Lunkes (Editor-Chefe). **Publicado em** 09/10/2026.

(cc) BY

ABSTRACT

Brazilian state universities have sought to demonstrate the public value they create through the disclosure of and accountability for their academic, scientific, and administrative activities. In this context, the determinants of public value disclosure by Brazilian state universities (SUs) were investigated by analyzing the institutional and contextual conditions associated with value communication practices and their contributions to society. Multiple linear regression was applied to a sample of 26 state universities in 2022, with the Public Value Disclosure Index (PVDI) as the dependent variable. The results reveal a positive influence of the Education HDI on the PVDI, indicating that the educational level of the municipality where the university is headquartered is a determinant of public value disclosure. In contrast, the geoeconomic regional variables showed a relationship contrary to that expected, suggesting that institutions in less advantaged regions tend to disclose more public value. Among its conclusions, the study contributes to the academic literature on public value and its determinants, while also providing insights for managers, rectors, policymakers, the academic community, and civil society to maximize and assess the public value generated by higher education institutions.

Keywords: *state universities, determinants, disclosure, public value.*

1 INTRODUÇÃO

A administração pública historicamente esteve envolvida na adoção de práticas gerenciais que têm como objetivo dar suporte à execução de suas atividades essenciais e exclusivas, direcionadas às necessidades básicas dos cidadãos e aos direitos e deveres em sociedade (Motta, 2013). O desempenho do setor público é avaliado por meio do acompanhamento e mensuração dos resultados. Isso ocorre mediante o desenvolvimento de estratégias, capacidades operacionais e pelo uso transparente dos recursos públicos disponíveis (Pacheco, 2009).

Nesse cenário, as instituições de ensino superior públicas (IES) estão sujeitas à avaliação de desempenho da sociedade e do Estado, devido ao uso de recursos públicos e à expectativa de uma gestão eficaz e eficiente na oferta de atividades educacionais gratuitas e de qualidade (Nobre, 2022). Assim, no contexto das IES públicas, o desempenho pode ser compreendido, entre outros aspectos, a partir do compromisso em atender necessidades sociais, por meio da geração legítima de valor (Pinto-Ortiz et al., 2024). Esse compromisso é implementado pelos gestores públicos na entrega de bens, serviços, políticas e na prestação de contas quanto a indicadores de valor e interesses públicos (Santos et al., 2022). Sob essa perspectiva, emerge o conceito de Valor Público como o alicerce dessa entrega institucional.

O Valor Público pode ser compreendido como a resposta efetiva das instituições estatais às demandas e necessidades sociais, indo além da eficiência administrativa para focar na geração de benefícios tangíveis e intangíveis à coletividade. Procedente da crítica à Nova Gestão Pública, o conceito estabelece que o objetivo final das entidades governamentais é a entrega de valor percebido pelos cidadãos, envolvendo desde a prestação de serviços essenciais até a promoção de direitos, cidadania e bem-estar social (Moore, 1995). Fato este que, no contexto educacional, reflete-se em uma primeira instância, na produção de conhecimento e formação cidadã.

Nessa perspectiva, as instituições de educação superior assumem o compromisso com as partes interessadas, em transmitir a criação de valor público e atribuir valor às atividades desenvolvidas (Dell'Atti et al., 2023). Com esse objetivo, a percepção social é indispensável quanto à construção de um sistema educacional que promova um desempenho almejado, produzido de forma justa, eficaz e em prol dos benefícios sociais (Broucker et al., 2018).

Sob essa mesma ótica, a Administração Pública exerce suas atribuições, mediante o compromisso em demonstrar o valor público gerado por meio de instituições de ensino superior,

como resultado do interesse público, em compreender a contribuição que tais instituições devem produzir à sociedade (Salemans & Budding, 2022). Essa questão se manifesta na gestão organizacional das IES, com o intuito de fornecer subsídios à avaliação de indicadores e à eficiência dos processos gerenciais (Costa et al., 2023), trazendo repercussões na investigação acadêmica. Por exemplo, Sandi et al. (2023) averiguaram o valor público como ferramenta de monitoramento e avaliação da qualidade do ensino superior das universidades da Costa Rica.

Nesta linha, notam-se na literatura acadêmica estudos voltados à identificação de determinantes do desempenho das IES. Čepar e Bojnec (2013) investigaram determinantes da participação relativa das IES da Eslovênia em nível macro associado a questões econômicas, condições financeiras dos indivíduos e benefícios acadêmicos. Silva e Queiroz (2022) analisaram os fatores determinantes na evidenciação do pensamento integrado nas universidades federais brasileiras, com o intuito de observar a legitimidade e a transparência das ações do poder público. Por sua vez, Dallagnol e Portulhak (2026) examinaram os determinantes do nível de divulgação de valor público pelas universidades federais brasileiras.

Portanto, verifica-se a existência de estudos que têm avançado no campo do valor público e dos seus determinantes em IES, incluindo as universidades federais. No entanto, observa-se uma lacuna quando das discussões das UEs brasileiras, principalmente quanto aos fatores que afetam sua geração de valor. Diante disso, este artigo busca responder à seguinte questão: **Quais são os determinantes do valor público divulgado pelas universidades estaduais brasileiras?** Portanto, o estudo tem como objetivo identificar fatores determinantes da divulgação de valor público efetuada por universidades estaduais brasileiras.

Assim, a presente abordagem se justifica, em um primeiro momento, pela crescente preocupação da Administração Pública quanto à baixa no acesso dos cidadãos às IES públicas. As IES públicas representam 12,02% do total de IES no Brasil, das quais as UEs representam um total de 42,63% desse percentual no Brasil (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP], 2023, 2024). Ademais, a educação superior pública no Brasil dota-se mormente pela participação dos estados, ao passo que a manutenção e o desenvolvimento do ensino dessas UEs são caracterizados pela ausência de normativas e subsídios assimétricos definidos por cada Constituição Estadual que constituem diferentes conjunturas de gestão organizacional (Carvalho & Amaral, 2020).

O estudo contribui para gestores e formuladores de políticas públicas ao fornecer novas evidências sobre direcionadores de valor público, como bens e resultados produzidos por ações organizacionais, que satisfazem de maneira eficaz as demandas da sociedade (Silva, 2024). Além disso, o estudo fornece aos cidadãos informações acerca das consequências práticas da adoção de modelos de mensuração de valor público, que identifiquem a criação de valores multidimensionais (econômicos, políticos, culturais, sociais e ecológicos) ofertados pelas IES públicas (Pinto-Ortiz et al., 2024), em especial, pelas UEs brasileiras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Teoria do Valor Público foi idealizada por Mark H. Moore (1995) como um contraponto às limitações da Nova Gestão Pública, propondo que a administração pública não deve apenas adotar mecanismos utilizados pelo setor privado, mas sim perseguir objetivos atrelados ao atendimento das demandas populares. Segundo a teoria, o valor público é criado quando as organizações públicas se utilizam de sua autoridade e recursos do Estado para satisfazer as necessidades dos cidadãos, fortalecendo a confiança nas instituições e a legitimidade do governo.

Para operacionalizar essa criação de valor, Moore (1995) desenvolveu a estrutura do 'Triângulo Estratégico', composta por três vértices interdependentes que os gestores públicos devem alinhar: (i) a definição do valor público (quais propósitos, serviços e impactos sociais a organização visa entregar); (ii) a legitimidade e apoio (o suporte político e social necessário para

favorecer a criação de valor, envolvendo o suporte de *stakeholders*, cidadãos e financiadores); e (iii) a capacidade operacional (a viabilidade administrativa, recursos financeiros, tecnologia e conhecimentos técnicos necessários para a criação de valor).

A mensuração desse valor é um desafio complexo e multidimensional, pois exige capturar aspectos que vão além do financeiro, como a efetividade social, a qualidade do serviço e a satisfação do cidadão. Estudos recentes no Brasil têm buscado compreender como as estruturas administrativas influenciam essa dinâmica. Machado e Quiraque (2023), ao investigarem as universidades brasileiras, destacam que a maturidade da governança é um motor essencial para a geração de valor público. Segundo os autores, quando as Instituições de Ensino Superior (IES) possuem mecanismos de governança bem estabelecidos, elas conseguem alinhar melhor suas capacidades operacionais às demandas de legitimidade, resultando em uma entrega de valor mais perceptível e efetiva para a comunidade.

Complementarmente à visão de Moore (1995), o valor público representa a avaliação social das instituições públicas a partir de referências de percepção quanto à satisfação das necessidades básicas individuais e coletivas, presentes no cotidiano da população, como aspectos morais, éticos, políticos, utilitaristas, instrumentais e de interesses grupais (Meynhardt & Jasinenko, 2020). Neste contexto, a gestão do valor público envolve a articulação de processos sociais, dentre os quais o acesso à informação é um instrumento relevante para a legitimação das ações públicas diante das expectativas sociais sobre a geração de valor à sociedade (Silva & Queiroz, 2022).

Assim, a existência das IES reflete o papel socioeducacional que integra interesses políticos e sociais, na formação de indivíduos qualificados ao ampliar o valor que a sociedade identifica e demonstra (Bolgzda & Olehnovica, 2012). No Brasil, as IES públicas, dentre as quais, as universidades estaduais, compreendem distintos perfis institucionais devido a realidade em que estão inseridas, moldadas por características culturais, regionais e nacionais, que influenciam suas perspectivas de produção do conhecimento (Carvalho & Amaral, 2020). E ainda, a geração e a expectativa na composição do valor derivado da atuação dessas universidades estão relacionadas a fatores como custos, infraestrutura, qualidade, investimentos e singularidades do ensino superior brasileiro (Pinto-Ortiz et al., 2024).

Diante desse cenário, o estudo propõe cinco hipóteses para investigar os determinantes na divulgação do valor público pelas universidades estaduais, considerando aspectos institucionais, políticos, geoeconômicos e acadêmicos. A definição das hipóteses se fundamenta na literatura, examinando como diferentes elementos estruturais e conjunturais impactam a criação de valor, a legitimidade e a capacidade operacional gerada por tais instituições. Os potenciais determinantes explorados neste estudo são: região geoeconômica, Índice Geral de Cursos, quantidade de professores universitários, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Educação e quantidade de campi.

A região geoeconômica refere-se à dimensão que resulta da estruturação de localidades dinâmicas, capazes de promover o desenvolvimento e a integração espacial, dependentes de aspectos sociais, políticos, institucionais e geográficos (Lopes, 2012). Nesse contexto, o processo de regionalização promovido pelo setor público busca elaborar planos de desenvolvimento social, incluindo os efeitos que as universidades públicas constituem como vetores socioeconômicos espaciais, enriquecendo a localização geográfica das atividades econômicas, a formação de capital humano e a articulação da área usufruída (Lopes, 2012). A distribuição espacial das universidades públicas, conforme Guidoni e Costa (2023), ocorre por meio de políticas sociais voltadas à descentralização territorial, ampliando as oportunidades de acesso ao ensino superior, inclusive em municípios de menor densidade populacional. Ao reconhecer as discrepâncias de desenvolvimento socioeconômico entre as regiões brasileiras, estudos anteriores consideraram aspectos regionais como variável explicativa (e.g. Baldissera et al., 2020; Sousa, 2022).

Baldissera et al. (2020) analisaram a influência dos aspectos socioeconômicos, financeiros-orçamentários e político-eleitorais na transparência dos governos locais. Os resultados evidenciaram que a localização regional e o desenvolvimento educacional exercem influência positiva sobre a transparência pública. Da mesma maneira, Sousa (2022) investigou a qualidade das informações contábeis divulgadas pelos municípios brasileiros por meio de uma análise espacial e identificou uma relação negativa entre a maior densidade populacional e a qualidade da informação contábil divulgada pelos órgãos públicos municipais.

Dada a literatura acadêmica discutida, intui-se que o nível de desenvolvimento geoeconômico da região em que a UE está inserida pode exercer influência significativa sobre o grau de divulgação de valor público. Assim, formula-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H1: O nível de desenvolvimento da região geoeconômica em que as universidades estaduais estão inseridas influencia positivamente na divulgação de valor público.

O Índice Geral de Cursos (IGC) é o indicador utilizado pelo governo brasileiro para mensurar a qualidade dos cursos oferecidos por IES nas modalidades de graduação, mestrado e doutorado (BRASIL. ABMES. Portaria n° 12, 2008). Nesse contexto, o desempenho das universidades brasileiras aferido por meio do IGC representa, segundo Hoffmann et al. (2014), um importante instrumento para mapear padrões identitários regionais, ao demonstrar a realidade institucional à qual as IES estão sujeitas no exercício de suas atividades.

Corroborando a relevância do IGC como indicador, Araújo et al. (2021) investigaram os determinantes acadêmicos da retenção no ensino superior, analisando o impacto do IGC no ano de 2016. Os resultados indicaram que a qualidade dos cursos apresenta uma relação positiva com a redução da taxa de retenção nas IES, com exceção dos cursos da área de Educação (Araújo et al., 2021). De maneira semelhante, Lepchak et al. (2016) analisaram a evolução da educação superior nas universidades federais por meio de determinantes de desempenho. Os autores identificaram que o aumento do IGC está associado a um maior custo por aluno, sugerindo que instituições com melhor desempenho acadêmico demandam maior investimento per capita.

À luz da literatura analisada, infere-se que instituições com melhor desempenho acadêmico, mensurado pelo IGC, tendem a práticas mais consistentes e estruturadas de divulgação institucional. Assim, formula-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H2: O Índice Geral de Cursos (IGC) das universidades estaduais apresenta uma relação positiva na divulgação de valor público.

A quantidade de professores universitários em exercício, na rede de ensino superior brasileira, corresponde a 53,38% dos docentes atuantes na graduação (INEP, 2023). Segundo Chen et al. (2024), o papel do professor universitário, como agente do conhecimento, depende do ambiente institucional, o qual fornece suporte e subsídios para o desenvolvimento coletivo da instituição por meio do fomento à pesquisa, ensino e extensão. Nessa perspectiva, os achados de Costa et al. (2023) apontam que o capital humano das instituições é agente-chave na criação e disseminação de conhecimento, em consonância com Davenport e Prusak (2003) e Torres e Neves (2008), os quais afirmam que o capital humano, no que tange à geração de conhecimento, é peça fundamental para o alinhamento entre tecnologia, estratégia institucional e diferencial competitivo, reforçando o papel estratégico da gestão do conhecimento no âmbito universitário.

Nesse sentido, Católico (2012), ao investigar a divulgação das informações financeiras e não financeiras nas universidades públicas da Colômbia, destaca que o número de docentes sugere maior capacidade de divulgação das atividades acadêmicas e dos recursos gerenciados. No entanto, seus resultados apontaram uma relação inversa, atribuída à utilização de *sites* institucionais como forma de se divulgar as informações acadêmicas e financeiras por parte das instituições, quando a

universidade dispõe de uma estrutura de docentes menor para a realização de determinados ofícios, como a prestação de contas.

De forma semelhante, Pessôa (2013) analisou os determinantes da transparência em universidades federais brasileiras, considerando a quantidade de docentes como uma das variáveis explicativas. Os achados indicaram uma relação positiva entre um maior número de professores e o grau de transparência, evidenciado pela divulgação das informações nos portais institucionais. Por sua vez, Dallagnol e Portulhak (2026) examinaram o valor público divulgado pelas universidades federais brasileiras e sua relação com a quantidade de docentes nas instituições, mas não identificaram uma relação entre a quantidade de docentes e o Índice de Divulgação de Valor Público (IDVP).

Diante desse panorama, apesar dos resultados difusos, entende-se, com base na literatura, que instituições com um corpo docente mais amplo tendem a possuir maior capacidade de produção e disseminação do conhecimento, o que poderia se refletir em níveis mais elevados de transparência e engajamento institucional. Assim, o presente estudo propõe a seguinte hipótese:

H3: A quantidade de professores universitários em exercício nas universidades estaduais públicas brasileiras está positivamente associada à divulgação de valor público.

Já o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Educação (IDHM-Educação) reflete o nível de escolarização básica da população, desconsiderando o ingresso na educação superior (Souza et al., 2014). Esse índice demonstra as implicações do acesso a níveis mais elevados de formação como reflexo da oferta educacional municipal no desenvolvimento de oportunidades dimensionais humanas, econômicas e sociais (Souza et al., 2014).

Nesse contexto, Sell et al. (2020) analisaram os fatores contingenciais que influenciam no desempenho do setor público, considerando o IDHM como um elemento representativo ao ambiente externo às organizações públicas, essencialmente no que se refere ao dinamismo e à relevância do contexto em que estão inseridas. Os autores identificaram uma relação moderada, positiva e significativa entre o IDHM e o desempenho municipal, sugerindo que resultados melhores na gestão pública estão associados a maiores níveis de desenvolvimento humano.

Complementarmente, Viotto e Nascimento (2024), sob a perspectiva das universidades públicas federais, observaram como a governança manifesta-se no ambiente institucional, por meio do uso de indicadores, como o IDHM, na tentativa de compreender a conjuntura heterogênea entre as IES em diferentes regiões do país. O estudo evidenciou correlações moderadas e fortes entre o IGC e o IDHM, bem como correlações negativas entre o Índice de Governança e Gestão – IGG e o IDHM. Para os autores, tais resultados indicam que o ambiente institucional das IES é influenciado por fatores externos, reforçando a ideia de que os indivíduos se beneficiam das condições proporcionadas por esse ambiente.

Desta forma, com base na literatura acadêmica, infere-se que níveis mais elevados de divulgação institucional podem estar associados ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, uma vez que promove um ambiente favorável ao desempenho organizacional e desenvolvimento holístico. Assim, o presente estudo propõe a seguinte hipótese de pesquisa:

H4: Municípios com maior IDHM-Educação apresentam uma associação positiva à divulgação de valor público.

O número de campi de cada universidade estadual configura característica influente no processo de escolha universitária, considerando aspectos institucionais, locais e infraestruturais relacionados à seleção de um campus em uma IES (Bergamo et al., 2010). Nesse sentido, Wing e Honorato (2011) destacam que a constituição de campi avançados pelas universidades públicas brasileiras reflete o recente movimento de expansão e interiorização do ensino superior, resultando em uma distribuição desigual de serviços educacionais e instituições de ensino no Brasil.

Gallego et al. (2009) argumentam que a diversidade interna das universidades, em termos de quantidade de faculdades ou campi, demanda maior volume de informações institucionais a divulgar. Em estudo sobre práticas de divulgação em *sites* universitários, os autores identificaram associação inversa entre divulgação de informações financeiras e número de campi. Tal resultado é atribuído à complexidade e ao volume informacional decorrente da descentralização, o que exige maior controle e gestão dos dados (Gallego et al., 2009). De modo semelhante, Cuadrado-Ballesteros (2014) investigou o impacto da descentralização funcional de órgãos e fundações na transparência do governo local na Espanha. Os resultados demonstraram associação positiva entre descentralização e os níveis de transparência pública, indicando que uma estrutura institucional mais distribuída pode favorecer a resposta às demandas sociais.

Dessa forma, à luz da literatura, espera-se que a quantidade de campi das UEs amplie a capacidade institucional e o alcance das ações comunicacionais universitárias, concernentes à interação entre IES e a sociedade. Assim, formula-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H5: A quantidade de campi de uma universidade estadual influencia positivamente a divulgação de valor público.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de verificar a existência de possíveis determinantes do valor público, este estudo toma como referência a pesquisa de Lima et al. (2024), buscando aprofundar a compreensão dos fatores explicativos associados ao nível de divulgação do valor público pelas universidades estaduais brasileiras. A amostra da pesquisa, composta por 26 UEs dentre as 42 existentes (61,9% da população), foi delimitada com base no estudo de Lima et al. (2024), o qual realizou, por meio de três pesquisadores independentes, o levantamento e análise dos Relatórios de Gestão Anual (RGAs) de cada universidade estadual que os disponibilizou via *site* institucional, ouvidoria ou mediante solicitação formal. Esta amostra foi, portanto, formada a partir da disponibilidade de relatórios para análise e cálculo do Índice de Divulgação de Valor Público (IDVP) no referido estudo.

O IDVP, adotado como variável dependente desta pesquisa para mensuração do valor público divulgado, foi desenvolvido por Dallagnol e Portulhak (2026), fundamentando-se no triângulo estratégico proposto por Moore (1995), o qual compreende três segmentos centrais na ação pública: (i) Criação de Valor, (ii) Legitimidade e Apoio e (iii) Capacidade Operacional. O objetivo do IDVP consiste na criação de uma métrica voltada à mensuração do grau de evidenciação do valor público pelas instituições públicas, considerando tanto o interesse crescente na temática quanto a escassez de estudos empíricos dedicados a subsidiar a operacionalização desse constructo.

Ante as facetas do IDVP, Dallagnol e Portulhak (2026) subdividiram cada uma das dimensões em categorias com base na literatura, de modo a representar as condições para a produção de valor público. Tais categorias foram estruturadas a partir de fatores considerados significativos para a existência do constructo em determinadas características institucionais, bem como de um escopo informacional delimitando o conteúdo esperado dos itens de divulgação. O índice é composto por três categorias e 19 itens, que operacionalizam as dimensões teóricas propostas. A Figura 1 apresenta a estrutura do IDVP proposta por Dallagnol e Portulhak (2026).

Figura 1
Índice de Divulgação do Valor Público (IDVP)

Categorias	**Itens**	
Legitimidade e Apoio	1	Relações e diversificação de financiadores
	2	Legitimação com os clientes *downstream*
	3	Legitimação com a equipe
	4	Papéis e diversificação dos voluntários
	5	Visibilidade, legitimidade com o público em geral
	6	Relações com os reguladores do governo
	7	Relação com a mídia
	8	Credibilidade com organizações da sociedade civil
Capacidade Operacional	9	Resultados Organizacionais
	10	Produtividade e Eficiência
	11	Integridade Financeira
	12	Capital Humano
	13	Relacionamento com parceiros
	14	Aprendizado e inovação organizacional
Criação de Valor	15	Visão e missão organizacional
	16	Estratégia organizacional
	17	Cadeia de Valor
	18	Aferição de resultados
	19	Resultados sociais

Fonte: Dallagnol e Portulhak (2026).

O cálculo do IDVP de cada universidade estadual ocorreu no estudo de Lima et al. (2024), no qual foi atribuída pontuação de 0 a 1 de acordo com a presença (1) ou ausência (0) de cada item elencado na Figura 1 nos RGAs das UEs, considerando o resultado obtido a partir da análise realizada por três pesquisadores independentes. Ao serem somados os resultados de cada item e divididos pelo total de itens do IDVP, chegou-se a um índice para cada universidade estadual, variando de zero a um (Lima et al., 2024).

A escolha pelo IDVP segue a aplicação realizada por Dallagnol e Portulhak (2026), ao analisarem os determinantes do valor público pelas universidades federais, bem como por Lima et al. (2024), na mensuração de valor público das UEs brasileiras. Assim, este estudo, ao adotar o IDVP como variável dependente, permite a comparação com evidências anteriores e o avanço na compreensão dos determinantes da divulgação de valor público no ensino superior. Além do IDVP das UEs aferido na pesquisa de Lima et al. (2024), foram selecionadas variáveis independentes, na busca de explicar os resultados alcançados pelos autores, conforme apresentado na Tabela 1 e em consonância às hipóteses de pesquisa.

Tabela 1
Variáveis Independentes da Pesquisa

Variável	Mensuração	Efeito Esperado	Fonte	Referência
Reg. Amazônia	*Dummy* indicando a localização da sede universitária: igual a 1 se situada na Região Geoeconômica Amazônia, e 0 caso contrário.	(-)	RGAs *Site* Institucional	Baldissera et al. (2020); Sousa (2022)
Reg. Nordeste	*Dummy* indicando a localização da sede universitária: igual a 1 se situada na Região Geoeconômica Nordeste, e 0 caso contrário.	(-)		
Reg. Centro-Sul	*Dummy* indicando a localização da sede universitária: igual a 1 se situada na Região Geoeconômica Centro-Sul, e 0 caso contrário.	(+)		
IGC	$[(P_{Grad} \times G) + \sum_{i=Mest.}^{Dout.} (P_i \times C_i)] \times 100$ $C_i: C_{Mest.} = \frac{M+5}{2}$ e $C_{Dout,} = \frac{D+10}{3}$	(+)	RGAs *Site* Institucional	Araújo et al. (2021); Brasil. ABMES (2008); Lepchak et al. (2016)
N. Prof.	Log. número de professores	(+)	RGAs	Católico (2012); Pessôa (2013); Dallagnol e Portulhak (2026)
IDHM. Educ.	$FJ = \frac{1}{4}(P_{5-6} + P_{11-13} + P_{15-17} + P_{18-20}$ $\sqrt[2]{(EA^1) \times FJ^2)}$	(+)	IBGE	Sell et al. (2020); Viotto e Nascimento (2024)
N. Campi	Número de campi na universidade	(+)	RGAs *Site* Institucional	Gallego et al. (2009); Cuadrado-Ballesteros (2014)

Nota. A fórmula do Índice Geral de Cursos (IGC) foi adaptada com base em Bittencourt et al. (2009). Legenda: G – Média ponderada dos CPCs da IES; i – Níveis de pós-graduação (Mestrado e Doutorado); P_i - Proporção de estudantes em cada nível de pós-graduação; C_i - Conceito ajustado do nível i; EA – Escolaridade da população adulta; FJ – Fluxo escolar da população jovem.

Para fins de coesão metodológica, este estudo também adotou o ano-base de 2022, em consonância com a pesquisa de Lima et al. (2024), utilizando-o como referência tanto para a análise dos determinantes do IDVP quanto para coleta dos dados empíricos. A coleta de dados ocorreu entre novembro de 2024 e janeiro de 2025. Foram consultados os relatórios de gestão anual de 2022 de cada instituição, os *sites* universitários e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na ausência de informações nos canais oficiais, foram utilizados os meios de acesso à informação, como ouvidorias, Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão (e-SIC) e e-mails institucionais das respectivas instituições de ensino.

Destaca-se que a variável IDHM Educação, conforme o Atlas Brasil (2020), reflete o nível educacional da população. O índice é calculado a partir da escolaridade da população adulta (peso 1) e do fluxo escolar da população jovem (peso 2), medido pela média dos percentuais de escolarização nas faixas etárias de 5 a 6, 11 a 13, 15 e 17 e de 18 a 20 anos.

Já a estimativa do Índice Geral de Cursos (IGC), segundo Bittencourt et al. (2009), baseia-se na média ponderada do Conceito Preliminar de Cursos (CPC) e no Conceito Capes nos programas de pós-graduação, como Mestrado e Doutorado. A variável número de docentes foi tratada segundo Pessôa (2013) e Dallagnol e Portulhak (2026), com transformação para logaritmo natural. Já o número de campi foi considerado em valores absolutos.

A análise adotada na pesquisa utiliza técnicas de regressão, cujo objetivo oferece a possibilidade de compreensão das relações entre uma ou mais variáveis (Fávero, 2015). Conforme

o autor, a análise de um modelo de regressão apresenta pressupostos para que todo e qualquer resultado estatístico obtido seja validado como resultado das hipóteses propostas.

Visando aprofundar a análise dos efeitos das hipóteses sugeridas, foram elaborados três modelos, contemplando combinações de variáveis *dummies* regionais – com duas regiões por vez –, o que permitiu uma análise mais precisa dos efeitos geoeconômicos na divulgação do valor público. Considerando as variáveis apresentadas, tem-se as respectivas equações:

$$IDVP_i = \beta_1 - \beta_2 Reg.Amazônia_i - \beta_3 Reg.Nordeste_i + \beta_4 IGC_i + \beta_5 N.Prof._i + \beta_6 IDHM.Educ._i + \beta_7 N.Campi_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

$$IDVP_i = \beta_1 - \beta_2 Reg.Amazônia_i + \beta_3 Reg.CentroSul_i + \beta_4 IGC_i + \beta_5 N.Prof._i + \beta_6 IDHM.Educ._i + \beta_7 N.Campi_i + \varepsilon_i \quad (2)$$

$$IDVP_i = \beta_1 - \beta_2 Reg.Nordeste_i + \beta_3 Reg.CentroSul_i + \beta_4 IGC_i + \beta_5 N.Prof._i + \beta_6 IDHM.Educ._i + \beta_7 N.Campi_i + \varepsilon_i \quad (3)$$

Ressalta-se que a Equação 1 apresenta o modelo de regressão considerando apenas as regiões geoeconômicas Amazônia e Nordeste. A Equação 2, por sua vez, apresenta o modelo de regressão considerando as regiões Amazônia e Centro-Sul. Por fim, a Equação 3 apresenta o modelo de regressão contemplando as regiões Nordeste e Centro-Sul.

A confiabilidade dos modelos de regressão requer avaliação da normalidade dos resíduos, alinhada à distribuição normal da amostra ausência de multicolinearidade entre as variáveis independentes, evitando alta correlação; homocedasticidade, condicionada às variâncias na distribuição (Fávero, 2015). Além disso, é necessário avaliar a aleatoriedade e a independência dos termos de erro, pressupondo correlação entre os resíduos próximos de zero (Fávero, 2015).

Nesta pesquisa, foram testados quatro pressupostos para a validação dos resultados. O primeiro refere-se à distribuição normal dos resíduos, validado pelo teste de Shapiro-Francia. O segundo trata da ausência de correlação entre as variáveis independentes avaliada pelo Fator de Inflação da Variância (VIF). O terceiro corresponde à homocedasticidade dos resíduos em que houve a aplicação do teste Breusch-Pagan. E o quarto, que verificou a especificação correta do modelo por meio do teste de Especificação Funcional de Ramsey (Fávero, 2015).

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Análise Descritiva

Na Tabela 2, observa-se a análise descritiva dos dados da amostra quanto à amplitude, média, desvio-padrão e disposição das universidades estaduais.

Tabela 2
Estatística Descritiva das Variáveis

Variáveis	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
IDVP	26	0,4615	0,1782	0,1053	0,7368
IGC	26	3,5769	0,6433	3	5
N.Prof.	26	887,19	470,42	15	1.708
IDHM.Educ.	26	0,6915	0,0553	0,5490	0,8000
N.Campi	26	9,8846	6,6412	1	27
Variável	**0 - Masculino**		**1 - Feminino**	**Total**	
Gênero	19		7	26	
Variável	**0 - Não**		**1 - Sim**	**Total**	
Reg. Amazônia	23		3	26	
Reg. Nordeste	16		10	26	
Reg. CentroSul	13		13	26	

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os dados da Tabela 2 revelam desvios-padrão expressivos nas variáveis quantidade de docentes e número de campi, indicando uma heterogeneidade no tamanho e na estrutura institucional. Essa variação pode ser explicada pelos diferentes modelos de atuação e de abrangência territorial das UEs brasileiras.

Em contrapartida, os resultados do IGC e o IDHM.Educ. apresentam menores dispersões, sugerindo uma relativa homogeneidade nos aspectos de desempenho e nível de educação nas localidades onde as instituições de ensino estão sediadas. O desempenho no IGC aponta para uma qualidade institucional significativa superior à média. Ademais, verifica-se que o IDHM.Educ. indica que a maioria das universidades estaduais está situada em municípios com níveis médio-altos de desenvolvimento humano. Esse cenário pode ser um reflexo de maior capacidade orçamentária local ou de políticas voltadas à instalação e manutenção dessas instituições na região.

A distribuição regional demonstra predominância de universidades localizadas na região Centro-Sul, evidenciando a centralização do processo de desenvolvimento econômico no aspecto educacional. No entanto, conforme Favato e Ruiz (2018), a presença significativa de instituições de ensino superior no Nordeste pode ser atribuída à implementação de políticas e programas expansionistas voltados à ampliação do acesso e à permanência no ensino superior.

Quanto à diversidade, observa-se assimetria de gênero entre os dirigentes das universidades da amostra. Apenas sete instituições possuíam reitoras, com proporção de uma mulher em cada quatro reitores, revelando sub-representação feminina nos cargos de liderança.

Por fim, observa-se uma variação significativa no IDVP. Tal variação sugere possíveis discrepâncias na capacidade das UEs em divulgar valor público, em consonância com Lima et al. (2024), o qual indica a existência de um padrão heterogêneo de divulgação, refletido pela representação desigual do valor público apresentado nos RGAs dessas instituições.

4.2 Análise Inferencial

A Tabela 3 apresenta três modelos de regressão com a variável dependente IDVP. A diferença entre eles está nas variáveis *dummies* – Reg. Amazônia, Reg. Nordeste e Reg. CentroSul – utilizadas para analisar se a região geoeconômica em que a universidade está inserida exerce influência na divulgação de valor público.

Tabela 3
Modelos de Regressão

Variáveis	**(1)** **IDVP**	**(2)** **IDVP**	**(3)** **IDVP**
Reg. Amazônia	0,4363***	0,1984**	
	(0,1008)	(0,0939)	
Reg. Nordeste	0,2378***		-0,1984**
	(0,0594)		(0,0939)
Reg. CentroSul		-0,2378***	-0,4363***
		(0,0594)	(0,1001)
IGC	0,0798	0,0788	0,0798
	(0,0502)	(0,0502)	(0,0502)
N.Prof.	0,0002	0,0010	0,0010
	(0,0001)	(0,0001)	(0,0001)
IDHM.Educ.	1,3270**	1,3270**	1,3270**
	(0,5108)	(0,5108)	(0,5108)
N.Campi	-0,0667	-0,0067	-0,0067
	(0,0511)	(0,0052)	(0,0052)

_cons	-0,9140**	-0,6761*	-0,4777
	(0,3904)	(0,3718)	(0,3705)
Obs.	26	26	26
F	4,94	4,94	4,94
Prob > F	0,0034	0,0034	0,0034
R^2 ajustado	0,4860	0,4860	0,4860
Root MSE	0,1278	0,1278	0,1278
Breusch–Pagan (x^2)	0,03	0,03	0,03
Shapiro-Wilk (W)	0,9695	0,9695	0,9695
VIF médio	1,56	1,53	2,29
Ramsey RESET	0,61	0,61	0,61

Nota. * p<0,10, ** p<0,05, *** p<0,01. Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os resultados indicam que as variáveis independentes explicam 48,6% da variabilidade do IDVP de forma consistente entre os modelos. Quanto às hipóteses, observa-se que os coeficientes das regiões Reg. Amazônia e Reg. Nordeste apresentaram relação positiva e significativa no modelo (1). Em contrapartida, a relação entre Reg. Amazônia/Reg. Centro-Sul (modelo 2) e Reg. Nordeste/Reg. Centro-Sul (modelo 3) apresentou associação inversa, com coeficientes negativos e significativos. Tais resultados sugerem que universidades situadas em regiões menos desenvolvidas tendem a apresentar maior nível divulgação de valor público. Assim, rejeita-se a hipótese H1, pois não se confirmou que maior nível de desenvolvimento da região geoeconômica influencia positivamente no IDVP das universidades estaduais.

A variável IGC não possui significância nos três modelos de regressão, indicando que o conceito institucional atribuído pelo Ministério da Educação não exerce influência relevante sobre o IDVP. Portanto, rejeitou-se a hipótese H2, pela ausência de evidência de relação entre o IDVP e o IGC das UEs. Quanto à variável N.Prof., também não houve significância estatística, não havendo suporte para estabelecer que o IDVP esteja associado ao número de docentes. Dessa forma, rejeita-se a hipótese H3, pela falta de suporte estatístico.

A variável IDHM.Educ. apresentou relação positiva e estatisticamente significativa nos três modelos, indicando tendência de favorecimento à divulgação de valor público pelas UEs em locais com maior desenvolvimento educacional. O coeficiente da variável mencionada evidencia que para cada aumento unitário na variável IDHM.Educ., mantém-se as demais variáveis contantes e espera-se, em média, um aumento de 1,3270 unidades na variável IDVP. Portanto, não se rejeita a hipótese H4. Por fim, a variável N.Campi, representativa da descentralização institucional, não apresentou significância estatística nos três modelos de regressão, rejeitando-se a hipótese H5 de que haveria uma relação positiva entre IDVP e quantidade de *campi* das universidades estaduais.

Logo, os modelos de regressão revelaram que apenas as variáveis *dummies* regionais e o IDHM.Educ. demonstraram resultados significativos com o nível de divulgação de valor público, enquanto as variáveis IGC, N. Prof. e N.Campi, revelaram-se sem nenhuma influência. Dadas as hipóteses traçadas para essa pesquisa, apenas a hipótese H4 não foi rejeitada.

Quanto aos pressupostos dos três modelos, os testes estatísticos confirmaram a adequação dos dados: o Teste de Shapiro-Wilk indicou normalidade na distribuição dos resíduos (p-value = 0,6107 nos três modelos); o Teste de Breusch-Pagan confirmou homoscedasticidade (p-value = 0,8743 nos três modelos); os valores do VIF afastaram preocupações com multicolinearidade (VIF médio entre 1,54 e 2,29); e o Teste de Especificação Funcional de Ramsey (RESET) não indicou omissão de variáveis relevantes (p-value = 0,6187 nos três modelos). Tais resultados atestam a robustez dos três modelos estimados.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados deste estudo indicam que os determinantes da divulgação de valor público pelas universidades estaduais brasileiras são a região geoeconômica e o IDHM Educação do município onde a IES está sediada. A região geoeconômica apresentou associação inversa ao efeito esperado no IDVP: isso sugere que universidades localizadas nas regiões Nordeste ou Amazônia tendem a divulgar mais valor público, enquanto aquelas situadas na região Centro-Sul exercem influência negativa em comparação com essas regiões.

Assim, universidades situadas em áreas menos desenvolvidas demonstram maior difusão das informações sobre valor público, divergindo do esperado a partir de Baldissera et al. (2020) e de Sousa (2022). Esses autores destacam como as diferentes características socioeconômicas tornam a região geoespacial um determinante relevante no acesso à informação do ambiente institucional. Esses resultados podem ser explicados, conforme Alves Júnior (2019), pela recente expansão das universidades para o interior do país, implicando um processo contínuo de adequação à oferta de ensino de qualidade e à busca por eficiência, sobretudo atrelada à preocupação crescente das instituições em divulgar seus resultados em favor da sociedade.

Em relação ao IDHM Educação, os resultados evidenciaram relação positiva e significativa, em convergência com Sell et al. (2020) e Viotto e Nascimento (2024). Isso indica que universidades estaduais inseridas em conjunturas educacionais mais desenvolvidas tendem a ser mais cobradas quanto à divulgação das informações institucionais. Esse achado reforça Tolbert et al. (2008), que argumentam que estados com populações de maior escolaridade tendem a buscar, adotar e implementar inovações que fortalecem a capacidade institucional.

Por outro lado, o IGC não demonstrou relação significativa com o IDVP, resultado distinto da condição esperada a partir de Araújo et al. (2021) e Lepchak et al. (2016), que abordam retenção e desempenho no ensino superior. Segundo Hoffmann (2014), essa ausência de relação pode ser atribuída ao fato de indicadores como o IGC desconsiderarem as particularidades culturais e identitárias das IES, o que comprometeria adequada evidenciação de seus resultados. De forma semelhante, o número de docentes também não apresentou influência significativa sobre o IDVP. Tal constatação contraria Católico (2012) e Pessôa (2013), sugerindo que a presença de uma maior quantidade de professores não implica, necessariamente, em maior engajamento institucional e comunicação pública por parte das universidades.

Por fim, o número de campi não apresentou relação significativa com a variável dependente (IDVP) contrariando a hipótese inicial baseada nos estudos de Gallego et al. (2009) e Cuadrado-Ballesteros (2014). Isso indica que a expansão física das instituições e consequente descentralização não estaria contribuindo necessariamente para maior capacidade de se divulgar valor público.

Dessa forma, conclui-se que o IDVP das universidades estaduais brasileiras tem sido influenciado pelo desenvolvimento humano em educação em sua sede, fator determinante para a compreensão das características relacionadas à geração e divulgação de valor pelas universidades. Os fatores regionais, mesmo significativos, apresentaram efeito contrário ao esperado, indicando que universidades estaduais de regiões geoeconômicas menos desenvolvidas estão apresentando maior capacidade de divulgação de valor público a partir de seus relatórios.

A partir desses resultados, a presente pesquisa contribui para o avanço do conhecimento sobre a divulgação de valor público pelas universidades estaduais brasileiras, destacando como um determinante do IDVP na divulgação de valor público o nível educacional da cidade onde está sediada. Além disso, o resultado singular de que as regiões historicamente vulneráveis apresentam maior propensão à divulgação de valor público reforça a legitimidade, a criação de valor e a capacidade operacional dessas instituições.

Assim, o estudo amplia a compreensão sobre os determinantes da divulgação de valor público das organizações públicas, em especial de ensino superior, e corrobora o entendimento das

especificidades das universidades como agentes ativos no desenvolvimento e divulgação de valor, havendo uma maior influência de seu ambiente circundante.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou os determinantes da divulgação de valor público nas universidades estaduais brasileiras. A análise, por meio de regressão linear múltipla aplicada a 26 instituições, revelou que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal na dimensão da Educação (IDHM Educação) exerce influência significativa sobre o IDVP das universidades.

O principal achado foi que os municípios com níveis mais elevados de desenvolvimento educacional apresentam associação positiva com o IDVP das universidades estaduais. Tal evidência corrobora a hipótese inicial e converge com resultados de Sell et al. (2020) e Viotto e Nascimento (2024). Os três modelos de regressão aplicados reforçam o entendimento acerca do papel das pressões sociais no desenvolvimento local, especialmente no que diz respeito ao acesso ao conhecimento, taxas de alfabetização e tempo de permanência na escola – aspectos que contribuem para o fortalecimento contínuo do IDVP pelas instituições.

Quanto às variáveis regionais (Nordeste, Amazônia e Centro-Sul), os resultados surpreendem por divergirem do esperado a partir de estudos anteriores (Baldissera et al., 2020; Sousa, 2022). As universidades localizadas em regiões com maiores níveis econômicos tendem a apresentar níveis inferiores de divulgação de valor público em comparação às universidades situadas em regiões com menor disponibilidade de recursos. Essa constatação pode ser interpretada como um reflexo indutor de um processo de reorganização do sistema de ensino superior, voltada à tentativa de democratização do acesso à educação e ao desenvolvimento espacial das regiões a fim de estimular novas centralidades regionais no Brasil (Santos et al., 2023). Por outro lado, as variáveis IGC, N.Prof. e N.Campi não apresentaram efeitos consistentes que permitam afirmar sua influência significativa sobre o IDVP das universidades.

Em termos práticos, os resultados desta pesquisa evidenciam que a pressão exercida pelo ambiente circundante pode ser um fator relevante na forma como as universidades estaduais divulgam o valor público. Essa descoberta oferece subsídios à Administração Pública para o aprimoramento da gestão organizacional estadual, por meio da adoção de normativas e diretrizes que estimulem o adequado compromisso dos gestores públicos a esse nível federativo na promoção do valor público e da transparência institucional, assim como a promoção de maiores níveis de educação. Ademais, o estudo contribui com a literatura ao avançar na compreensão sobre os determinantes da divulgação de valor público, fornecendo elementos úteis à atuação de reitores(as), à comunidade acadêmica e à sociedade civil na estruturação de modelos mais eficazes de divulgação e avaliação, ampliando a legitimidade das manifestações econômicas, científicas, culturais e políticas das universidades estaduais brasileiras.

Como limitações da pesquisa, destaca-se o fato de a amostra não contemplar a totalidade da população de universidades estaduais brasileiras. O recorte temporal realizado também representa uma restrição metodológica, uma vez que o estudo considerou somente as instituições que disponibilizaram os Relatórios de Gestão Anual (RGAs) referentes ao exercício de 2022, conforme o levantamento realizado por Lima et al. (2024). Essa delimitação impossibilitou a inclusão de outras universidades na base de dados do estudo, restringindo o número de observações analisadas. Outra limitação refere-se à seleção das variáveis explicativas, definida com base na disponibilidade de dados públicos pelas universidades. Adicionalmente, embora o presente estudo tenha controlado as disparidades regionais por meio de variáveis binárias (*dummies*), a reduzida dimensão da amostra (n=26) impossibilitou a realização de regressões estratificadas por região geoeconômica, uma vez que a subdivisão em subamostras comprometeria os graus de liberdade necessários para a estimação de modelos estatisticamente robustos.

Entretanto, os resultados demonstram que, com base nas observações e variáveis selecionadas, foi possível obter um modelo de análise estatisticamente válido para subsidiar as conclusões aqui apresentadas. A partir da exploração realizada neste estudo, sugere-se que pesquisas futuras ampliem o número de variáveis independentes, com o objetivo de explorar novos determinantes da divulgação de valor público nas universidades estaduais. Também se recomenda a extensão do recorte temporal para avaliar a evolução do índice ao longo dos anos, bem como a inclusão de outras instituições de ensino superior, como Institutos Federais e universidades municipais. Tais ampliações de base de dados permitiriam, inclusive, a exploração de análises de subamostras para verificar se os determinantes da divulgação de valor público apresentam comportamentos heterogêneos entre as diferentes regiões brasileiras ou diferentes naturezas administrativas.

REFERÊNCIAS

Alves Júnior, P. S. V. (2019). *Análise da eficiência das universidades federais brasileiras com enfoque sobre a governança pública* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará]. Repositório Institucional UFC. http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/50126

Araújo, A. C. P. L. D., Mariano, F. Z., & Oliveira, C. S. D. (2021). Academic determinants of retention in higher education. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 29*(113), 1045–1066. https://doi.org/10.1590/S0104-403620210002902255

Baldissera, J. F., Dall'Asta, D., Casagrande, L. F., & Oliveira, A. M. B. D. (2020). Influência dos aspectos socioeconômicos, financeiro-orçamentários e político-eleitorais na transparência dos governos locais. *Revista de Administração Pública, 54*(2), 340–359. https://doi.org/10.1590/0034-761220190048

Bergamo, F. V., Ponchio, M. C., Zambaldi, F. E. L. I. P. E., Giuliani, A. C., & Spers, E. E. (2010). De prospect a aluno: Fatores influenciadores da escolha de uma instituição de ensino superior. *Base: Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS, 7*(3), 182–193. https://doi.org/10.4013/base.2010.73.01

Bittencourt, H. R., Casartelli, A. de O., & Rodrigues, A. C. de M. (2009). Sobre o índice geral de cursos (IGC). *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, 14*(3), 667–682. http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772009000300008

Bolgzda, I., & Olehnovica, E. (2012). Higher education status in public value orientation. *SHS Web of Conferences, 2*, 00006. https://doi.org/10.1051/shsconf/20120200006

Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. (2008). *Portaria normativa n.º 12, de 5 de setembro de 2008: Dispõe sobre a instituição do Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC)*. https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/38/portaria-normativa-n-12

Broucker, B., De Wit, K., & Verhoeven, J. C. (2018). Higher education for public value: Taking the debate beyond New Public Management. *Higher Education Research & Development, 37*(2), 227–240. https://doi.org/10.1080/07294360.2017.1370441

Carvalho, R. R. da S., & Amaral, N. C. (2020). Universidades estaduais brasileiras: Financiamento, desigualdades regionais e o PNE (2014–2024). *Revista Inter-Ação, 45*(2), 240–259. https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/62163

Católico, D. F. (2012). Revelación y divulgación de la información financiera y no financiera de las universidades públicas en Colombia. *Revista Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión, 20*(1), 57–76. http://ref.scielo.org/p4djzc

Chen, L., Chang, Y.-C., & Tian, Q. (2024). The mediating role of perceived organizational support in the relationship between transformational leadership and knowledge sharing behavior of university teachers in universities. *SAGE Open, 14*(4). https://doi.org/10.1177/21582440241307756

Čepar, Ž., & Bojnec, Š. (2013). Macro-level determinants of relative participation in undergraduate higher education in Slovenia. *Eastern European Economics, 51*(6), 75–92. https://doi.org/10.2753/EEE0012-8775510604

Costa, W. P. L. B., Silva, J. D., & Silva, S. L. P. (2023). Determinantes das práticas de gestão do conhecimento: Framework no contexto da universidade pública. *Revista de Gestão e Secretariado, 14*(4), 5697–5716. https://doi.org/10.7769/gesec.v14i4.2015

Cuadrado-Ballesteros, B. (2014). The impact of functional decentralization and externalization on local government transparency. *Government Information Quarterly, 31*(2), 265–277. https://doi.org/10.1016/j.giq.2013.10.012

Dallagnol, E. C., & Portulhak, H. (2026). Public value disclosure by Brazilian federal universities. *The British Accounting Review, 58*(1), 101587. https://doi.org/10.1016/j.bar.2025.101587

Davenport, T. H., & Prusak, L. (2003). *Conhecimento empresarial: Como as organizações gerenciam o seu capital intelectual* (L. Peres, Trad.). Elsevier.

Dell'Atti, V., Russo, G., Dicuonzo, G., & Palmaccio, M. (2023). Digital academic entrepreneurship: Knowledge and public value from an Italian case study. *Knowledge Management Research & Practice, 21*(5), 943–956. https://doi.org/10.1080/14778238.2023.2174909

Favato, M. N., & Ruiz, M. J. F. (2018). REUNI: Política para a democratização da educação superior? *Revista Eletrônica de Educação, 12*(2), 448–463. https://doi.org/10.14244/198271992365

Fávero, L. P. (2015). *Análise de dados*. GEN LTC. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595153226/

Gallego, I., García, I. M., & Rodríguez, L. (2009). Universities' websites: Disclosure practices and the revelation of financial information. *The International Journal of Digital Accounting Research, 9*(15), 153–192. https://core.ac.uk/download/pdf/60640512.pdf

Guidoni, L., & Costa, P. A. (2023). As políticas públicas para educação superior no Brasil nos últimos trinta anos: Uma visão geoeconômica. *Revista Continentes, 11*(22), 119–145. https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.443

Hoffmann, C., Zanini, R. R., Corrêa, A. C., Siluk, J. C. M., Schuch Júnior, V. F., & Ávila, L. V. (2014). O desempenho das universidades brasileiras na perspectiva do Índice Geral de Cursos (IGC). *Educação e Pesquisa, 40*(3), 651–666. http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022014000300005&lng=pt&nrm=iso

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro, & Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2020). *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM: Metodologia*. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/atlas

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2023). *Censo da educação superior 2022: Divulgação dos resultados*. Ministério da Educação.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2024). *Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação 2024*. Ministério da Educação.

Lepchak, A., Oliveira, A. J., Fragalli, A., & Scarpin, J. E. (2016). A avaliação da educação superior: Um estudo sobre os determinantes de desempenho. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 11*(3), 1111–1131. https://doi.org/10.21723/riaee.v11.n3.6288

Lima, F. de S., Portulhak, H., Juliao, A. E., & Verri, S. M. G. (2024). Divulgação de valor público pelas universidades estaduais brasileiras. *Anais do Seminário Acadêmico de Contabilidade*. Even3. https://www.even3.com.br/anais/semana-de-estudos-avancados-em-contabilidade-ufpr-461996/914614-divulgacao-de-valor-publico-pelas-universidades-estaduais-brasileiras

Lopes, R. P. M. (2012). *Universidade, externalidades e desenvolvimento regional: As dimensões socioeconômicas da expansão do ensino superior em Vitória da Conquista* [Tese de doutorado, Universidade de Barcelona]. https://hdl.handle.net/2445/42000

Machado, D. P., & Quiraque, E. H. (2023). Maturidade de governança e criação de valor público em instituições públicas de ensino superior: O caso das universidades brasileiras. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), 28*, e023002. https://doi.org/10.1590/S1414-40772023000100002

Meynhardt, T., & Jasinenko, A. (2020). Measuring public value: Scale development and construct validation. *International Public Management Journal, 24*(2), 222–249. https://doi.org/10.1080/10967494.2020.1829763

Moore, M. H. (1995). *Creating public value: Strategic management in government*. Harvard University Press.

Motta, P. R. de M. (2013). O estado da arte da gestão pública. *Revista de Administração de Empresas, 53*(1), 82–90. https://doi.org/10.1590/S0034-75902013000100008

Nobre, P. (2022). *Análise do desempenho do ensino superior público em Portugal* [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Lisboa, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Lisboa. http://hdl.handle.net/10400.21/15365

Pacheco, R. S. (2009). Mensuração de desempenho no setor público: Os termos do debate. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania, 14*(55), 149–161. https://doi.org/10.12660/cgpc.v14n55.44208

Pessôa, I. da S. (2013). *Determinantes da transparência das universidades federais brasileiras* [Dissertação de mestrado profissional, Universidade Federal do Espírito Santo]. https://core.ac.uk/download/pdf/161365642.pdf

Pinto-Ortiz, L., Pias-Machado, D., & Costa-Quintana, A. G. (2024). Geração de valor público nas universidades federais brasileiras. *Revista Iberoamericana de Educación Superior, 15*(43), 105–122. https://doi.org/10.22201/iisue.20072872e.2024.43.1330

Salemans, L., & Budding, T. (2022). Operationalizing public value in higher education: The use of narratives as an alternative for performance indicators. *Journal of Management and Governance, 26*(2), 337–363. https://doi.org/10.1007/s10997-021-09596-4

Montoya Sandí, S., Carrión Martínez, J. J., Fernández Martínez, M. del M., & Pérez Esteban, M. D. (2023). El valor público de la acreditación en el mejoramiento continuo de las carreras de educación en Costa Rica: Un estudio de caso. *IJERI: International Journal of Educational Research and Innovation, 20*, 1–15. https://doi.org/10.46661/ijeri.8333

Santos, A. O., Amaral, H. F., & Silva, W. A. C. (2022). Indicador de valor público e sua relação com a accountability. *Administração Pública e Gestão Social, 14*(1). https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351569604007

Santos, F. P., Amaral, P., & Luz, L. (2023). Expansão do ensino superior e a distribuição regional das universidades brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 25*, e202317. https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202317

Sell, F. F., Beuren, I. M., & Lavarda, C. E. F. (2020). Influência de fatores contingenciais no desempenho municipal: Evidências inferenciais. *Revista de Contabilidade e Organizações, 14*, 164058. https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2020.164058

Silva, C. M., & Queiroz, D. B. (2022). Fatores determinantes da evidenciação do pensamento integrado no setor público. *Revista de Contabilidade da UFBA, 16*(1), 1–15, e2128. https://doi.org/10.9771/rcufba.v16i1.54472

Silva, N. O. (2024). *(Des)Construção do valor público na educação brasileira: Uma análise abrangente de indicadores, austeridade fiscal e bem-estar social* [Tese de doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da Universidade de Brasília. http://repositorio.unb.br/handle/10482/50220

Souza, D. L., Castro Junior, L. G., Ferrugini, L., & Medeiros, N. C. D. (2014). Acesso à educação superior e desenvolvimento regional: Como esses construtos se relacionam? *Gestão & Regionalidade, 30*(89), 75–87. https://doi.org/10.13037/gr.vol30n89.2265

Sousa, K. M. de. (2022). Efeito spillover: Uma análise espacial da qualidade da informação contábil nos municípios brasileiros. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, 16*(4), 367–384. https://doi.org/10.17524/repec.v16i4.3037

Tolbert, C. J., Mossberger, K., & McNeal, R. (2008). Institutions, policy innovation, and e-government in the American states. *Public Administration Review, 68*(3), 549–563. https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2008.00890.x

Torres, R. F., & Neves, J. T. R. (2008). Gestão estratégica da informação: Estudo de caso em uma prestadora de serviços de tecnologia da informação. *Revista de Ciência da Informação, 9*(1). https://doi.org/10.22478/ufpb.1981-0695.2008v3n2.5269

Viotto, R., & Nascimento, R. S. (2024). Relação entre governança em universidades públicas federais e variáveis socioeconômicas a partir de regressão com dados em painel sob a perspectiva da modelagem hierárquica com medidas repetidas. *Contabilidade, Gestão e Governança, 27*(1), 94–127. https://doi.org/10.51341/cgg.v27i1.3136

Wing, N. H., & Honorato, L. (2011). Determinantes socioeconômicos na probabilidade de aprovação no exame vestibular: Uma análise entre os campi da Universidade Federal de Pernambuco. *Planejamento e Políticas Públicas*, (37). https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/241

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores afirmam não haver conflito de interesses.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Funções	1º autor	2º autor	3º autor	4º autor
Conceituação				♦
Curadoria de dados	♦	♦	♦	
Análise Formal	♦		♦	
Obtenção de financiamento				♦
Investigação	♦	♦		
Metodologia			♦	♦
Administração do projeto				♦
Recursos			♦	
Software				
Supervisão			♦	♦
Validação			♦	♦
Visualização	♦		♦	
Escrita – primeira redação	♦			
Escrita – revisão e edição		♦	♦	♦

DISPONIBILIDADE DOS DADOS

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo podem ser disponibilizados a partir de solicitação aos autores.

DIREITOS AUTORAIS

Os autores mantêm os direitos autorais relativos aos seus artigos e concedem à Revista Catarinense da Ciência Contábil (RCCC) o direito de primeira publicação, sendo a obra simultaneamente licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).